

## Verdade Reabilitada

Donald Davidson

Há uma longa tradição na qual o conceito de verdade é um dos assuntos mais importantes da discussão filosófica, mas neste século a tradição tem sido seriamente questionada por um grande número de filósofos, para não mencionar os historiadores, críticos da literatura, antropólogos, cientistas políticos, sociólogos e outros. Penso que isso se deve a várias confusões sedutoras e erros. Aqui, examinarei um pouco das razões pelas quais a verdade teve sua importância, para muitos, secundarizada, ou ao menos diminuída, e então direi por que o conceito de verdade deveria ser restaurado no seu papel chave em nosso entendimento do mundo e das mentes dos agentes.

Antes da época em que podia parecer ser um benefício desbancar a verdade, foi necessário representar a verdade como algo muito maior do que ela é, ou dar a ela poderes que ela não tem. Quando não havia nenhuma linha clara entre filosofia e ciência, era natural para os filósofos afirmarem-se como mercadores de um segredo, que a verdade forneceria. A concentração da atenção em epistemologia, especialmente quando a epistemologia dava a impressão de fornecer bases últimas de justificação para o conhecimento, encorajou a idéia confusa de que a filosofia era o lugar para se perseguir as verdades finais e mais básicas sobre as quais todas as outras verdades, fossem da ciência, da moralidade ou do senso comum, deveriam repousar. A junção feita por Platão, de universais abstratos com entidades de supremo valor, reforçou a confusão a respeito da verdade como a mais eminente das verdades; a confusão é óbvia na concepção (que Platão no final veio questionar) de que somente o exemplar perfeito de um universal ou uma forma é a forma mesma, ela própria. Assim, somente a circularidade (o universal ou o conceito) é perfeitamente circular, somente o conceito de uma mão é uma mão perfeita, somente a verdade em si é completamente verdadeira.

Aqui temos uma confusão bastante profunda, um erro de categorização, que foi obviamente destinado a florescer. Verdade não é um objeto, e portanto ela não pode ser verdadeira; verdade é um conceito, e é inteligivelmente atribuída a coisas tais como sentenças, enunciados, crenças e proposições, entidades que têm um conteúdo proposicional. É um erro pensar que se alguém busca entender o *conceito de verdade*, esta pessoa está necessariamente tentando descobrir *verdades* gerais importantes sobre justiça ou fundamentos da física. O erro se infiltra por meio da idéia de que uma teoria da verdade deve, de algum modo, contar-nos o que, em geral, é verdadeiro, ou ao menos descobrir verdades.

Não nos surpreende que tenha havido reação! A filosofia estava prometendo mais do que podia dar, e mais do que qualquer outra disciplina podia dar. Nietzsche, notoriamente, reagiu a isso; também, de um modo diferente, os pragmatistas americanos reagiram a isso. Dewey, por exemplo, bem apropriadamente rejeitou a idéia de que os filósofos detinham, privadamente, algum tipo de verdade especial ou fundamental (no sentido de verdade última) sem a qual a ciência não poderia ter a esperança de avançar. Mas ele casou essa virtuosa modéstia com uma teoria absurda sobre o conceito de verdade; tendo ridicularizado as pretensões de superior acesso às verdades, ele sentiu-se no dever de atacar o conceito clássico em si mesmo. O ataque, no estilo da época, tomou a forma de uma redefinição persuasiva. Desde que a palavra “verdade” tem uma aura de algo valioso, o truque de definições persuasivas é redefinir a coisa como algo que recebe aprovação, algo “bom para servir como guia”, uma frase com a qual Rorty endossa Dewey pela metade. Assim, Dewey declarou que uma crença ou teoria é verdadeira se e somente se favorece as coisas humanas (1).

Seria estéril rever as objeções óbvias contra essa perspectiva, pois tanto defensores e críticos agem em comum. Os proponentes glorificam-na nos conflitos com o senso comum (2); os críticos inflam-na pelo tolo prazer de ter denunciado a retórica irresponsável. Mais interessante é perguntar: por que Dewey, e outros que Rorty inclui no campo de Dewey, James, Nietzsche,

Foucault e ele próprio, sugerem uma tese tão claramente contrária ao corriqueiro – mas filosoficamente interessante – conceito de verdade. Eu vejo quatro razões relacionadas.

De acordo com Rorty, Dewey “concordava com Nietzsche que a noção tradicional de Verdade como correspondência à natureza intrínseca da Realidade era um resíduo da idéia de submissão à Vontade de Deus.” Verdade como correspondência com a realidade talvez seja uma daquelas idéias que dizemos que estaríamos em situação melhor se não a tivéssemos tido, especialmente quando, como na citação, ‘verdade’ e ‘realidade’ aparecem em maiúscula. A formulação não é tão errada quanto vazia, mas ela tem o mérito de sugerir que alguma coisa não é verdadeira simplesmente porque é acreditada, mesmo se acreditada por toda e qualquer pessoa. O problema repousa na afirmação de que a fórmula tem poder explicativo. A noção de correspondência seria de alguma ajuda se fôssemos capazes de dizer, de um modo *instrutivo*, que fato ou segmento de realidade é o que torna a sentença verdadeira. Ninguém teve êxito nisso. Se perguntarmos, por exemplo, o que faz “A lua estar a um quarto de um milhão de milhas distante” verdadeira, a única resposta que imaginamos é que é o fato de que a lua está a um quarto de um milhão de milhas distante. Pior ainda, se tentamos fornecer uma semântica séria para a referência a fatos, descobrimos que eles desaparecem internamente; não há nada para contar deles à parte. A prova dessa afirmação é dada por Alonzo Church, que dá os créditos a Frege. Church acha que essa é a razão pela qual Frege mantinha que todas as sentenças verdadeiras nomeiam a mesma coisa, a qual ele chamou de a Verdade. Kurt Gödel, independentemente, produziu essencialmente a mesma prova, sustentando que a consciência dessa linha de pensamento é que conduziu Russell a inventar a teoria das descrições (Neale, 1995). Qualquer que seja a história do argumento relevante (que agora chamamos freqüentemente de o argumento do tipo Slingshot), devemos, penso, aceitar a conclusão: não há nenhuma entidade interessante e apropriada disponível cuja existência se relacione a sentenças e que possa explicar porque algumas sentenças são verdadeiras e outras não. Há boas razões, então, para ser cético em relação à importância da teoria da verdade como correspondência.

Quando “verdade” é pronunciada com a maiúscula “V”, é natural pensar que há um único modo de descrever as coisas obtendo sua essência natural, “uma interpretação do mundo que o alcança corretamente”; como Rorty diz, uma descrição da “Realidade como Ela É em Si Mesma”. É claro que não há nenhuma única “interpretação” ou descrição, nem mesmo em uma ou mais linguagens que cada um de nós possui, nem em qualquer linguagem possível. Ou talvez devêssemos apenas dizer que isso é um ideal, sobre o qual ninguém tem tido uma boa compreensão. Dificilmente importa, para qualquer defensor sensato da objetividade de atribuições de verdade a enunciados particulares ou crenças, apegar-se à essa idéia, e assim não há razão, se nos abstermos da busca pela Descrição Perfeita da Realidade, de termos de comprar a tese de que não há distinção, “mesmo em princípio”, entre crenças que são verdadeiras e crenças que são “meramente boas para nos guiar” (Rorty, 1996, p. 7).

Estamos aqui para uma bem mais poderosa consideração em favor de qualquer versão obediente, mas claramente reconhecível, da teoria pragmática da verdade. Rorty a torna visível quando ele mostra Dewey com o pensamento de que a teoria da correspondência nada acrescenta aos “modos falíveis, rotineiros, regulares de diferenciar (...) o verdadeiro do falso”. O que é claramente certo é uma questão posta há muito tempo, por Platão, no *Theaetetus*: verdades não vem com “marcas”, como as datas nos cantos de algumas fotos, que as distingam das falsidades. O melhor que se pode fazer é testar, experimentar, comparar e manter a mente aberta. Mas não importa quanto tempo, ou quão bem nós e as próximas gerações as manterão ali, nós e elas seremos deixados com crenças falíveis. Sabemos muitas coisas, e aprenderemos mais; o que nunca saberemos por certo é quais das coisas que acreditamos são verdadeiras. Uma vez que não são visíveis como um alvo, nem reconhecíveis quando realizadas, não há nenhum sentido em chamar a verdade de uma meta. A verdade não é um valor, assim a “captura da verdade” é um empreendimento sem retorno lucrativo, a menos que se pretenda, com isto, somente o benefício da ampliação de nossa confiança em nossas crenças, por meio de mais evidências ou checando nossos cálculos.

Do fato de que nunca seremos capazes de contar quais de nossas crenças são verdadeiras, os pragmatistas concluíram que podíamos muito bem identificar nossas crenças melhor investigadas, aquelas sobre as quais obtivemos mais êxito, com as verdades de cada um, e então abandonar a idéia de objetividade. (A verdade é objetiva se a verdade de uma crença ou sentença é independente de quando se é justificada por toda nossa evidência, acreditada por todos os nossos vizinhos, ou é boa para nos guiar.) Mas aqui temos uma escolha. Em vez de abandonar a visão tradicional de que a verdade é objetiva, podemos abandonar a igualmente tradicional visão (à qual os pragmatistas aderem) de que a verdade é uma norma, algo pelo qual nos esforçamos para obter. Concordo com os pragmatistas que não podemos, de um modo consistente, tomar a verdade como objetiva e como algo a ser possuído. Mas penso que eles teriam feito melhor ao separar uma visão que aborda a verdade como objetiva, mas sem sentido como uma meta. (3)

Alguns pragmatistas contemporâneos têm se afastado da idéia desesperançada de que uma crença é verdadeira se ela nos ajuda a lidar com vida, ou, de modo menos tolo, mas ainda assim errado, vendo que a verdade não é diferente do que é, talvez na sua excelência prática, epistemicamente disponível. Mas outros filósofos, que não poderiam ser denominados pragmatistas, estão ainda girando em torno da reação legítima contra as teorias de verdade infladas ou errôneas. A tendência que os têm aglutinado é ampla, e que talvez, agora, seja a tendência principal no pensamento sobre o conceito de verdade. A bandeira sob a qual esses denunciadores marcham é o *deflacionismo*. A idéia comum aos vários tipos de deflacionismo é que a verdade, embora um conceito legítimo, é essencialmente trivial, e certamente não tem o valor tão grande quanto a atenção metafísica lhe conferiu. Essa perspectiva recebe sua direção de duas fontes. Uma é a ampla e largamente justificada insatisfação com as tentativas padrão, e mais imediatamente atrativas, de proclamar que um enunciado ou crença é verdadeira se e somente se ela corresponde aos fatos, ou realidade, ou o modo que as coisas são. Já disse por que penso que as teorias da correspondência não possuem conteúdo explicativo.

Definições ou ‘teorias’ da coerência têm seus atrativos, mas somente como teorias epistêmicas, não como um financiamento para a verdade. Pois enquanto é claro que somente um conjunto consistente de crenças poderia conter todas as crenças verdadeiras, não há nenhuma razão para supor que todo conjunto consistente de crenças contém somente verdades. Manifestamente, teorias epistêmicas têm seus poderosos admiradores: penso, particularmente, em Michael Dummett e Hilary Putnam, ambos que, com modificações, mantêm que a verdade consiste na *warranted assertability*. Respeito essa idéia pela mesma razão que respeito as teorias pragmatistas proximamente relacionadas, porque ela relaciona a verdade às atitudes humanas como crenças, intenções, desejos; e creio que qualquer abordagem completa da verdade deve fazer isso. Mas elas não podem ser o modo correto de expressar a relação. Pois ou as condições de *warranty assertibility* são assim tão fortes de modo a incluírem a própria verdade, e nesse caso a explicação é circular, ou a circularidade é evitada tornando as condições explícitas, e então se torna claro que uma asserção garantida completamente pode ser falsa.

O que, então, está errado com o deflacionismo? Por que não deveríamos aceitar a visão de que a verdade é tão simples quanto a teoria da correspondência parece mostrar? O deflacionismo tem assumido um bom número de formas nos anos recentes. Frank Ramsey, precursor de coisas em muitas áreas, foi um dos primeiros a tentar discernir, como ele diz, que “não há realmente um problema da verdade distinto, mas meramente uma confusão lingüística” (Ramsey, 1990, p. 38). Seu argumento começa por notar que “É verdadeiro que César foi assassinado” não quer dizer nada mais que “César foi assassinado”: em tais contextos, “é verdadeiro que” simplesmente opera de modo como opera uma dupla negação, um conectivo de sentenças que mapeia as sentenças verdadeiras como verdadeiras e as sentenças falsas como falsas; pondo de lado ênfase e verbosidade, a frase nada acrescenta ao que podemos dizer. Ramsey levanta a mesma questão sobre frases como “é um fato que”. Todavia, mais perspicaz que outros, Ramsey nota que não pode eliminar o predicado verdade em sentenças como “ele está sempre certo”, isto é, “qualquer

coisa que ele diz é verdadeira”. Aqui o predicado verdade parece indispensável. (4) Ramsey cria uma confusa (e irrealizável) proposta para a eliminação de predicados verdades em tais casos; temos de concluir que ele não prova nesse caso que o problema da verdade é meramente uma confusão lingüística (Confusão de uso e menção torna impossível de se estar certo sobre o que Ramsey tinha em mente, mas podemos suspeitar que se ele tivesse perseguido o tema ele viria a fazer muito mais bonito do que Tarski fez.)

A tentativa deflacionista de Ramsey, diferente da maioria dessas tentativas, dependia de assumir, primariamente, os condutores de verdade como proposições. Contudo, recentemente, Paul Horwich tem revivido o que se pode chamar de deflacionismo proposicional (Horwich, 1990). A tese de Horwich não é que o conceito de verdade é eliminável, mas que ele é trivial. Ele mostra que uma sentença como “A proposição de que César foi assassinado é verdadeira se e somente se César foi assassinado” é certamente verdadeira, e que tais sentenças especificam precisamente as circunstâncias sob as quais qualquer proposição que se possa expressar é verdadeira. Ele afirma então que a totalidade de tais sentenças fornecem uma axiomatização infinita do conceito de verdade (ele exclui por definição as sentenças que conduzem a contradições). Horwich não permite que isso forneça uma definição explícita do conceito de verdade, mas mantém que isso exaure o conteúdo desse conceito. Em particular, não há a necessidade de se empregar o conceito no sentido de explicar os conceitos de significado e crença, uma vez que eles podem ser explicados por outros caminhos. Como ficará claro presentemente, não aceito essa última afirmação. Mas isso não importa, uma vez que, penso, não entendemos o esquema do axioma de Horwich ou o axioma particular que o exemplifica. O problema é concernente à análise semântica de sentenças como “A proposição de que César foi assassinado é verdadeira se e somente se César foi assassinado”. O predicado “é verdadeiro” requer um termo singular como sujeito; o sujeito é, portanto, “a proposição de que César foi assassinado”. Presumivelmente o predicado nomeia ou se refere à proposição. Mas então, qual o papel da sentença “César foi assassinado” neste termo singular ou descrição? A única resposta plausível é que as palavras “a proposição de que” são expressão funcional que mapeia o que a sentença seguinte nomeia em uma proposição. Nesse caso, a sentença, ela mesma, deve ser um termo referente. Se formos fregeanos, diremos que ela nomeia um valor de verdade. Nessa hipótese, o axioma é uma simples tautologia, e nada explica (desde as palavras “a proposição de que” simplesmente mapeia um valor de verdade nele mesmo). (5) A alternativa é que em sua primeira ocorrência, a sentença nomeia mais alguma entidade interessante. Mas então não entendemos o axioma, desde que a sentença “César foi assassinado” é usada uma vez como um nome de alguma entidade interessante e, outra vez, como uma sentença ordinária, e não temos nenhuma idéia de como acomodar essa ambigüidade em uma semântica séria.

Horwich afirma que Quine e Tarski são deflacionistas. Mas são? Quine pode aparentemente ser assim chamado. Ele tem repetidamente falado que o que ele chama de aspecto descitacional da verdade é aplicado a sentenças, é claro, e não a proposições. O predicado verdade, aplicado a sentenças, é descitacional neste sentido: uma sentença como “ ‘A neve é branca’ é verdadeira” é sempre equivalente ao resultado da descitação do conteúdo da sentença e remoção do predicado verdade; equivalente, então, nesse caso, à “A neve é branca”. Aqui vemos claramente que podemos eliminar o predicado verdade sob circunstâncias favoráveis. Quine sabe, é claro, que há contextos em que essa estratégia não removerá o predicado verdade. Todavia, a totalidade das sentenças como “ ‘A neve é branca’ ” é verdadeira se e somente se a neve é branca” exauri a extensão do predicado verdade para uma linguagem particular, como Tarski enfatizou, e cada sentença desse tipo conta-nos exatamente sob que condições a sentença citada é verdadeira.

Descitação não pode, contudo, pretender dar conta, completamente, do conceito de verdade, uma vez que ela funciona somente no caso especial onde a metalinguagem contém a linguagem objeto. Mas nem a linguagem objeto nem a metalinguagem podem conter seus próprios predicados verdade. Em outras palavras, todo conceito que queremos explicar é explicitamente excluído de expressões em qualquer linguagem consistente para a qual a descitação funciona. Colocando de outro modo: se queremos saber sob que condições uma sentença contendo um

predicado verdade é verdadeira, não podemos usar esse predicado da maneira descitacional. A descitação não dá o conteúdo inteiro do conceito de verdade.

No melhor, então, a descitação dá a extensão de um predicado verdade para uma linguagem singular; se perguntamos o que todos os predicados verdade têm em comum, a descitação não pode responder. Algo análogo deve ser dito sobre as definições de verdade de Tarski. Tarski mostrou como dar definições explícitas de verdade para linguagens satisfazendo certas condições, mas ao mesmo tempo ele provou (dado alguma assunção natural) que nenhuma definição geral era possível; os conceitos gerais lhe escapavam. Contudo, ele foi longe no que estava implícito com a descitação, pois foi capaz de dar definições apropriadas de verdade  $\frac{3}{4}$  relativas a linguagens específicas, sem dizer quais descitações não se pode fazer. As definições de Tarski de verdade não são triviais, e revelam algo de profundo sobre linguagens com algum poder expressivo sério. Tanto quanto uma linguagem tem uma estrutura quantificacional de primeira ordem e nenhum método de decisão, não há nenhuma definição de verdade para ela exceto introduzindo uma versão sofisticada de referência, o que Tarski chamou de satisfação. O que satisfaz, para Tarski, são seqüências infinitas que colocam em pares as variáveis de uma linguagem com as entidades em sua ontologia. O trabalho interessante do conceito de satisfação é o de caracterizar as propriedades semânticas de sentenças abertas, mas ele revela no fim que uma sentença fechada é verdadeira se e somente se ela é satisfeita em alguma seqüência. Isso pode sugerir que temos aqui os construtores de uma teoria da correspondência, mas seria uma teoria fregeana, desde que toda seqüência satisfaz toda sentença verdadeira. Poder-se-ia dizer que embora não fosse esta sua intenção, Tarski, aqui, indiretamente, justifica o argumento de tipo Slingshot de Frege.

Devemos concluir que o trabalho de Tarski não dá nenhum conforto para aqueles que gostariam de reviver a teoria da correspondência, nem dá suporte a uma atitude deflacionária. Dado como insatisfatórias as alternativas vistas, restaria um conteúdo, o genuíno *insight* de Tarski, que nos permitiria entrar na natureza da verdade? Penso que não, pois temos de conjecturar como sabemos que é algum conceito singular, o qual Tarski indica como definir, para cada uma de um número de linguagens bem comportadas. Tarski não faz, é claro, a tentativa de definir um tal conceito, embora o título de seu famoso ensaio seja “*The Concept of Truth in Formalized Languages*” (“*Der Wahrheitsbegriff ...*”) (Tarski, 1956 a). Várias partes desse trabalho e outros também tornam claro que Tarski assume que há um conceito, ainda que não possa ser definido. Isso aparece não somente em sua convicção declarada de que seu trabalho é diretamente relevante para o conceito ‘clássico’ de verdade que os filósofos sempre estiveram interessados, mas também em seu critério para se obter êxito no projeto de definir verdade para linguagens particulares. Esse critério (informal) requer que a definição implique, como teoremas, todas as sentenças da forma:

$S$  é verdadeiro-em- $L$  sse  $p$

Onde  $s$  é uma descrição de qualquer sentença de  $L$ , e  $p$  é uma tradução dessa sentença na linguagem do predicado definido “verdadeiro-em- $L$ ”. Claramente, não podemos reconhecer que tal predicado é um predicado verdade ao menos que já tenhamos apreendido o conceito (indefinido) de verdade. É também digno de nota que Tarski conecte o conceito de verdade com tradução: isso é essencial, uma vez que a linguagem para qual a verdade está sendo definida não pode ser a linguagem que contém o predicado verdade definido.

Isso me conduz ao meu tema positivo: se todas as definições de conceitos gerais falham, e nenhuma das breves paráfrases parecem estar próximas de captar o que é importante ou interessante sobre o conceito, por que alguns de nós persistem em pensar que isso é importante e interessante? Uma das razões é sua conexão com o significado. Essa é a conexão que Tarski faz uso, pois a tradução tem êxito somente se ela preserva a verdade, e o objetivo tradicional da tradução é preservar o significado. Mas em que extensão o significado depende da verdade?

Quase todos concordam que ao menos algumas sentenças têm o valor verdadeiro e falso, e que para tais sentenças poderíamos falar de condições de verdade. Mas os deflacionistas e outros tendem a duvidar de que este fato tenha a ver com o que as sentenças significam. Significado, é dito frequentemente, tem a ver antes com as condições sob as quais uma sentença é justificada ou apropriada para se fazer uma afirmação; em geral, significado tem a ver com o como as sentenças são usadas antes do que com suas condições de verdade. Aqui há duas confusões. A primeira é que condição de verdade e explicação do significado pelo uso estão de algum modo em competição. Alguém pode legitimamente disputar a afirmação de que uma definição de verdade do tipo da de Tarski pode servir como uma teoria do significado. Penso que pode, quando bem entendida, mas essa não é a minha tese aqui. O que é claro é que alguém que sabe sob que condições uma sentença seria verdadeira entende essa sentença, e se a sentença tem um valor de verdade (verdadeiro, falso ou talvez nenhum) então quem não sabe sob que condições ela seria verdadeira não a entende. Essa afirmação simples não nega uma abordagem do significado que mantém que sentenças significam o que elas significam por causa de como elas são usadas; pode ser que elas sejam usadas como são por causa de suas condições de verdade, e tem as condições de verdade que tem por causa de como elas são usadas.

A segunda confusão é o pensamento de que há um modo simples, direto e por princípio não questionável de empregar 'uso' para fornecer uma teoria do significado. Não há. É vazio dizer que o significado é o uso, ao menos que especifiquemos que uso temos em mente, e quando o especificamos, de um modo que nos ajuda com o significado, nos pegamos andando em um círculo. Todavia, é somente registrando como uma linguagem é usada que podemos torná-la nossa linguagem. Como fazemos isso? Antes, temos uma idéia de verdade e erro; antes do advento de conceitos ou pensamentos proposicionais há um rudimento de comunicação na descoberta simples de que sons produzem resultados. O choro é o primeiro passo em direção a uma linguagem quando o chorar é achar uma forma ou outra de assistência ou satisfação. Sons mais específicos, imitados ou não, são rapidamente associados a prazeres mais específicos. Aqui, uso seria significado, se algo como intenção e significado fossem descritos. Um passo maior é dado quando a criança nota que outros também fazem sons distintos no mesmo momento em que ela, criança, está tendo as experiências provocadas pelos seus próprios sons voluntários. Para o adulto, esses sons têm um significado, talvez como uma sentença-palavra. O adulto se vê como ensinando através de ostensão: "coma", "vermelho", "bola", "mamãe", "leite" "não". Agora há espaço para o que o adulto enxerga como erro: a criança diz "parede" quando há um grande prato, uma travessa à sua frente. O movimento falha quando é repetido e, então, as condições se tornam mais complexas. Isso ainda é algo bastante simples, pois nada mais está necessariamente envolvido além de respostas verbais à ampliação dos condicionantes, que quem está ensinado vê como circunstâncias apropriadas, e a criança vê como satisfação, frequentemente suficientes. Há pouca importância, nesse processo, em tentar clarear o momento em que a criança está falando e pensando. Tenho descrito a interação entre adulto e criança na situação de aprendizado por ostensão como algo que fornece as condições necessárias para a emergência da linguagem e do pensamento proposicional, por meio da criação de um espaço no qual há êxitos e fracassos. O que está claro é que somente podemos dizer que as crianças *pensam* que algo é vermelho, ou é uma bola, se ela aprecia a distinção para si mesma: a criança pensa que algo é vermelho ou uma bola somente se ela está, em algum sentido, consciente de que é possível um erro. Classificando coisas em caixas, ela poderia por algo na caixa errada.

É difícil exagerar a magnitude do passo de um nativo ou aprendiz na disposição para responder a estímulos de certo tipo, para empregar um conceito com a consciência da chance de erro. É o passo de reação ao estímulo mais próximo ao pensamento de dispor objetos e eventos, o passo da mera resposta condicionada, o qual Wittgenstein chamou de "seguir uma regra". É onde o conceito de verdade entra, pois não há nenhum sentido em dizer que uma disposição é um erro  $\frac{3}{4}$  alguém não pode falhar ao 'seguir' uma disposição, mas pode falhar ao seguir uma regra.

Aqui devemos perguntar: como podemos reconciliar o fato de que um apelo geral sobre como a linguagem é usada não pode ser uma aposta em uma teoria do significado com a afirmação

presente de que o aprendizado ostensivo é a inserção de uma cunha na linguagem, pois certamente aquele que ensina por ostensão está fazendo uso de sentenças de uma só palavra que o aprendiz escolhe? A resposta repousa na transição mencionada. No começo o aprendiz não registra nada mais do que uma associação entre objeto ou situação e som ou gesto. O valor da associação é fornecido por aquele que ensina ou pelo meio ambiente na forma de recompensa. No início não há uma palavra, mas um som sendo dado ao uso. O que ensina vê o aprendiz colhendo um pedaço de linguagem com um significado já lá; o aprendiz não tem nenhuma idéia do significado primeiro ou uso: para o aprendiz, o que era menos significativo antes agora ganha significação. No primeiro estágio da aprendizagem por ostensão o erro não tem nenhuma importância para o aprendiz, pois não há nada para ele que seja erro, e onde o erro não tem nenhuma importância não há nenhum conceito ou pensamento. Desde que tentativa e erro (do ponto de vista de quem ensina) é substituído por pensamento e crença (do ponto de vista do aprendiz), o conceito de verdade tem aplicação.

Durante o processo de aprendizagem, a afirmação dos pragmatistas de que não há nada a ser ganho quando se distingue entre êxito (medida por: aprovação de quem ensina ou por se conseguir o que se quer) e verdade é claramente correta. Essa é uma distinção que depende de mais desenvolvimentos. Não é difícil imaginar um esboço meio tosco. O aprendizado ostensivo funciona primeiro e melhor com as sentenças por inteiras, freqüentemente representadas, na prática, pelo que para o falante que provoca a experiência são simples nomes, substantivos comuns, verbos, adjetivos e advérbios (“mamãe”, “homem”, “coma”, “bom”, “cuidado”). A criança que nada tem a mais é ainda um pragmatista. Desde que a gramática está disponível, contudo, partes aprendidas separadamente podem ser aglutinadas de novas maneiras, e a verdade é separada do meramente útil ou aprovado. As referências de nomes, a extensão de predicados, os próprios dispositivos combinatórios, estão disponíveis para quem ensina e para a sociedade; a verdade não.

As sentenças significam o que significam por causa das propriedades semânticas das palavras e dos dispositivos combinatórios que contém. Poder-se-ia entender uma sentença se não se soubesse a que os nomes ou outros termos singulares se propõem referir, ou se não se está consciente da extensão dos seus predicados. Mas saber isso é saber que materiais estão presentes, os quais fazem a verdade e a falsidade. Isso é dessa forma mesmo quando sabemos que um termo falha como referência ou quando um predicado tem uma extensão vazia. Nosso entendimento de condições de verdade é central para nosso entendimento de toda e qualquer sentença. Isso pode escapar de nossa percepção por várias razões. A primeira e mais geral razão é que no curso normal da conversação não tomamos cuidado sobre se ou não uma sentença é verdadeira; tal ocasião é bastante rara quando fazemos uma afirmação dizendo o que acreditamos literalmente ser verdadeiro. Nossa conversa ordinária é preenchida com metáforas, elipses, ironias facilmente reconhecíveis e hipérbolos, não por deslizamentos da língua, piadas e malapropismos. Mas entendemos uma metáfora somente porque sabemos o significado usual das palavras, e sabemos sob que condições a sentença contendo a metáfora seria verdadeira. Há casos onde podemos decidir que uma sentença metafórica não é nem falsa nem verdadeira, por exemplo, “o som da trombeta é escarlate”. Nossa decisão de que essa sentença não tem nenhum valor de verdade (se nossa decisão é esta, porque poderíamos decidir, com Frege, que ela é falsa) está baseada no entendimento dos tipos de coisas a que o predicado “escarlate” é verdadeiro ou falso, e de nossa decisão de que o som de uma trombeta não é nenhuma dessas coisas. De fato, é claro que não entendemos uma interrogação que busca um sim ou um não se não sabemos que há duas respostas possíveis, uma que é verdadeira e outra que é falsa. Imperativos, se tomados para expressar uma ordem ou comando, são entendidos somente se sabemos o que seria verdadeiro se tais imperativos não fossem obedecidos. Sentenças como nomes sem referência (“Pegasus é um cavalo alado”) poderiam ou não poderiam, de acordo com a teoria semântica em pauta, ter um valor de verdade, mas compreendemos tais sentenças somente se sabemos o que seria para o nome “Pegasus” nomear um cavalo com asas.

As sentenças são entendidas em condições onde se tem alguém que detém o conceito de verdade objetiva. Isso vale também para várias sentenças que são usadas para expressar atitudes proposicionais. Só é possível termos uma crença se sabemos que crenças são verdadeiras ou falsas. Posso acreditar que está chovendo agora, mas isso porque sei que se está chovendo ou se não está chovendo não depende de se creio ou não, ou de se alguém crê, ou se é útil crer; isso está para a natureza, não para mim ou para minha sociedade ou para a história inteira da raça humana. O que é para nós é o que pretendemos por meio de nossas palavras, mas isso é uma outra questão. Verdades entram em outras atitudes de outras maneiras. Desejamos que certo estado de coisas seja verdadeiro, receamos, esperamos ou duvidamos que as coisas sejam de um modo ou de outro. Pretendemos, por meio de nossas ações, tornar verdadeiro aquilo com que sonhamos de bom. Ficamos orgulhosos ou deprimidos se é o caso de pegarmos o segundo lugar. Uma vez que todas essas atitudes, e muitas outras, têm um conteúdo proposicional  $\frac{3}{4}$  o tipo de conteúdo que pode ser expresso por meio de uma sentença  $\frac{3}{4}$ , para ter qualquer dessas atitudes é necessário saber o que seria para tal sentença ser verdadeira. Sem uma apreensão do conceito de verdade, não somente a linguagem, mas o próprio pensamento é impossível.

A verdade é importante, então, não porque ela é especialmente valorosa ou útil, embora, é claro, este possa ser o caso em determinadas ocasiões, mas porque sem a idéia de verdade não seríamos criaturas pensantes, nem entenderíamos o que é para qualquer entidade ser uma criatura pensante. Uma coisa é tentar definir o conceito de verdade, ou capturar sua essência em uma frase breve e concentrada; outra coisa é traçar suas conexões com outros conceitos. Se não pensamos as várias caracterizações tentadas como sendo umas melhores que as outras, ainda assim seus méritos tornam-se evidentes. Correspondência, enquanto vazia como definição, captura o pensamento de que a verdade depende de como o mundo é, e isso seria o suficiente para desacreditar a maioria das teorias epistêmicas e pragmáticas. As teorias epistêmicas e pragmáticas, por outro lado, tem o mérito de relacionar o conceito de verdade aos interesses humanos, como linguagem, crença, pensamento e ações intencionais, e são essas conexões que tornam a verdade a chave de como a mente apreende o mundo.

Rorty não se importa muito que eu diga que a verdade é um conceito entre um número de outros conceitos relacionados que usamos para descrever, explicar e predizer comportamentos humanos. Mas por que, ele pergunta, dizer que a verdade é algo mais importante do que tais conceitos como intenção, crença, desejo e assim por diante? Importância é algo sobre o qual é difícil argumentar. *Todos* esse conceitos (e mais outros) são essenciais para o pensamento, e não podemos ficar reduzidos a algo mais simples e mais fundamental. Por que ser parcimonioso em dar prazer? Eu sou feliz em distribuir maçãs de ouro ao meu redor.

© Donald Davidson

Original cedido pelo autor (sem as notas de rodapé).

Tradução do filósofo Paulo Ghiraldelli Jr. [www.ghiraldelli.pro.br](http://www.ghiraldelli.pro.br)

Texto cedido ao Centro de Estudos em Filosofia Americana para tradução e divulgação. Para cópia e divulgação, basta informar a propriedade do CEFA, a fonte e o tradutor. Pedimos a gentileza de comunicar ao CEFA a utilização: Fran: [fghi29@yahoo.com.br](mailto:fghi29@yahoo.com.br)